



Assembleia Municipal de Azambuja
APROVADO
Em reunião de 28 / 12 / 2022
Com:
-----votos a favor-----
-----votos contra-----
-----abstenção-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2022

I – ABERTURA -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas 20 h 28 m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Salão da Associação Recreativa, Desportiva e Cultural da Maçussa, na freguesia da Maçussa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 12 de fevereiro a 11 de abril de 2022 -----

----- Ponto 2 – Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas 2021 ----- P 31/P/2022

----- Ponto 3 – Aplicação de Resultados Líquidos do Período 2021 ----- P 32/P/2022

----- Ponto 4 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Proc. 146/21 PIP1 - BERRYGOOD --
----- P 24/P/2022

----- Ponto 5 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Proc. 16/21. PIP1 – HAVY LOGISTICS
----- P 25/P/2022

----- Ponto 6 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Proc. 2/20 EUC – CERCI Flor da Vida
----- P 26/P/2022

----- Ponto 7 – Projeto de Regulamento de Trânsito no Núcleo Urbano de Alcoentre -----
----- P 06/V-AMC/2022

----- Ponto 8 – Proposta de alteração ao Regimento (PSD) -----

----- Ponto 9 – Eleição de Coordenadores das Comissões Especializadas Permanentes -----
----- P 07/AM/2022

II – PRESENCAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- Presidente Em Exercício – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- Primeiro Secretário – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----



----- **Segundo Secretário** – Horácio Gomes Ribeiro -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores Alexandre José Gomes Grazina, que tomou posse e em substituição de Lúcio Manuel Cardador Costa, António Almeida Lopes Pito, em substituição de Firmino Miguel Santos Amendoeira, António José da Fonseca Nobre, António Manuel Amaro Costa, em substituição de David José Pinto Mendes, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Helena Maria Amorim Maciel, Joana Filipa Amaral G. F. Pratas, em substituição de Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, José Avelino Colaço Correia, José Gonçalves Dias Pereira em substituição de Marta David Gondar Diniz, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Natália Maria Andrade Peres, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre e Tiago João Freitas Santos, em substituição de Nelson Caetano Rodrigues.-----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vice-Presidente** – António José Mateus de Matos -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Hugo Silva Sampaio -----

----- Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----



----- Face ao pedido de substituição da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos**, nesta sessão, foi convocada a Senhora Deputada **Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas**, representante do mesmo partido – PS, na lista admitida. -----

----- Assim, face ao exposto, esta sessão foi conduzida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, o primeiro-secretário **Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição**. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício informou de que, ao abrigo do nº 1 do artigo 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, solicitou o Senhor Deputado **Lúcio Manuel Cardador Costa**, renúncia ao mandato, com efeitos a 31 de março de 2022, alegando motivos pessoais. -----

----- Face a este pedido de renúncia e ao abrigo do nº 4 do artigo 76º da Lei nº 169/99 e de acordo com o artigo 79º da mesma Lei, foi convocado para substituição e tomada de posse, o Senhor Deputado **Alexandre José Gomes Grazina**, representante do mesmo partido PS na lista admitida. ----

----- Informou ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício de que os Senhores Deputados **Firmino Amendoeira, Marta Diniz e Nelson Rodrigues**, ao abrigo do nº 1 do artigo 78º e do nº 1 do artigo 79º ambos da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram também a sua substituição nesta sessão, sendo substituídos, respetivamente, pelos Senhores Deputados **António Almeida Lopes Pito, José Gonçalves Dias Pereira e Tiago João de Freitas Santos**, representantes dos mesmos partidos BE, CDU e PSD na lista admitida. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício deu início à sessão, cumprimentou os presentes e o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia. Fez referência ao laço azul exposto em frente à mesa que representa o mês de abril, e a CPCJ lança uma ação no sentido de lembrar as crianças, os jovens e as mulheres e este mês de abril é marcado com a presença do laço azul que também foi relembrado pela Senhora deputada Helena Maciel, tendo este laço sido construído no âmbito de um curso de formação de serralharia civil e pintor de veículos no núcleo de formação de Alcoentre, no estabelecimento prisional de Alcoentre, portanto representa a nossa solidariedade para com as crianças, os jovens e as mulheres. Sendo a primeira vez a presidir uma assembleia desta natureza requereu a compreensão de todos para que a sessão corresse com tranquilidade e para conseguirem ter bons frutos para o concelho. Agradeceu aos funcionários do município presentes por estarem presentes e permitirem que a assembleia se possa realizar fora dos



espaços da freguesia. Seguidamente convidou o Senhor Deputado Municipal Horácio Gomes Ribeiro a subir à mesa, como segundo secretário, a fim de participar na condução dos trabalhos. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício agradeceu à Direção da Associação Recreativa, Desportiva e Cultural da Maçussa pela cedência do espaço para a realização da sessão e lembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta Sessão, conforme descrito em Edital, tendo a Assembleia recebido quatro pedidos de intervenção. -----

----- Interveio o Senhor Jorge Batista, de Vila Nova da Rainha, que referiu viver há setenta e um anos na freguesia e o assunto que o levava a intervir era uma ocupação ilegal de parte da Rua Carlos Ribeiro. De acordo com o documento que lhe teria sido enviado pela câmara, o portão que veda o acesso a parte da rua iria ser retirado conforme teria sido juridicamente aprovado, inclusive foi informado de que o senhor teria recebido ordem para remover o portão no prazo de trinta dias, caso contrário iria a câmara retirá-lo, mas já passou um ano desde essa informação. Pediu esclarecimento quanto a este assunto pois estava na qualidade de representante da população de Vila Nova da Rainha e os mesmos assim o teriam exigido. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondendo de uma forma clara e objetiva informou que a pessoa já teria sido indagada para retirar o portão inúmeras vezes e que inclusive a GNR teria sido mandatada para realizar a retirada do portão. Afirmou que teria de voltar a fazê-lo porque a lei e a legislação estariam de acordo e nessa perspetiva espera-se que em breve a situação esteja resolvida, não conseguindo prever datas para o efeito. -----

----- Interveio o Senhor João Manuel Colaço Correia, de Vila Nova de São Pedro, referindo que a ponte dos urnais, situada perto do cemitério de Vila Nova de São Pedro, que teria caído há cerca de dez anos não estaria ainda reparada, impedindo assim o acesso a várias propriedades que poderiam ser cultivadas. Referiu que já teria sido efetuado um abaixo-assinado, que o assunto haveria sido exposto, mas sem nenhuma resposta de volta. Questionou se poderia contar com a ajuda da câmara neste assunto. -----

----- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara referiu que essa ponte teria uns carris dos comboios



e estaria tapada com umas sulipas, que já teriam desbravado o caminho e iriam tentar reparar a referida ponte no decorrer do verão para depois dar possibilidade aos proprietários de acederem às suas propriedades. -----

----- Interveio o Senhor António José Rodrigues, de Manique do Intendente, afirmando ser autarca desde o vinte cinco de abril e que por fazer parte da assembleia de freguesias da União de Freguesias de Manique do Intendente não costumava expor este tipo de assuntos pessoais, no entanto, e por não pertencer aos órgãos autárquicos do município quer executivo quer liberativo, trazia o assunto nesta sessão. Explanou que a sua esposa teria herdado uma residência que o seu filho viria a remodelar para habitação própria e, mesmo com atrasos no licenciamento, conseguira realizá-lo, porém, seria necessário a sua esposa efetuar uma escritura de doação ao filho do imóvel. A notária teria exigido que fosse apresentada a licença de utilização e a sua esposa apenas possuía a licença de utilização de 1973, altura em que os pais da mesma teriam construído a habitação. Nesse seguimento afirmou ter realizado um requerimento à câmara em setembro de 2021 para que fosse certificado pela câmara que a construção era a mesma e que a licença de utilização era também a datada de 1973, não obtendo resposta até à data da sessão, o que fez com que tivesse de prescindir dos serviços daquele cartório notarial e ter de efetuar a escritura de doação em outro cartório notarial. Deixou a questão do motivo pelo qual o seu requerimento não tinha obtido resposta, quando todas as cartas têm direito a resposta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que não tinha informação acerca da situação e que caso a tivesse ter-se-ia informado com os serviços. Afirmou que o volume de trabalho é elevado, mas que se encontram a responder com dois ou três meses no máximo e que assim que tivesse informação referente à sua situação dar-lhe-ia nota. -----

----- Interveio o Senhor Joaquim Varino da Ponte, da Maçussa, afirmando que não tinha interesse pessoal nas notas que iria deixar, relativamente a melhorias da sua aldeia, visto que ultimamente têm aparecido pessoas a querer adquirir imóveis na mesma, mas para que a aldeia passe a ter uma vida nova seria necessário contributo da câmara municipal. Referiu que o caminho paralelo e alternativo à Rua 25 de abril, a Rua 1º de maio, a Rua 5 de outubro, a Rua 1º de dezembro, o Largo da Catarina e a Rua Dias Coelho estariam em mau estado e que não poderiam ser reparadas apenas com massas frias, visto ser uma zona onde circulam muitos veículos pesados e essa reparação não



ser efetiva. Referiu a necessidade destas ruas serem requalificadas e levarem um asfaltamento novo. Alertou para o facto de a parte final da Rua Rodrigues Camilo não ter saneamento básico e que o mesmo se passava com a Rua do Vale Miguel. Expôs que a estrada situada no prolongamento da Rua Vale do Bogalho, que teria passado a estrada municipal, necessitaria de uma intervenção, porque a mesma teria ao lado um regueirão que de inverno correria muita água e já teria uma parte do alcatrão danificado pela água. Mais referiu que a Estrada das Longras também necessitaria de uma intervenção pois os autocarros teriam dificuldade em atravessar a mesma. Por último, afirmou pensar que com as intervenções que teria mencionado, tornariam a Maçussa mais apetecível para as pessoas lá viverem. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu os contributos e afirmou que teria tomado notas deles. -----

V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício informou que iria colocar as atas à votação, questionando se algum senhor deputado pretenderia fazer intervenção. -----

---- Interveio o Senhor Deputado António Pito do Grupo BE, recordando que na reunião das coordenadoras no dia anterior teria apurado uma questão que teria a ver com a Praça de Toiros Dr. Ortigão Costa, questão essa que teria sido levantada em devido tempo pelo seu camarada Firmino Amendoeira ao senhor presidente, que teria confirmado que a atual praça de toiros teria sido paga pela câmara, e essa informação estaria na ata do dia 5 de janeiro. Afirmou que através de trabalho próprio teria tido conhecimento de que a câmara teria recorrido também a fundos comunitários para a praça de toiros e que o senhor presidente teria sabido disso, no entanto, continuaria a menção na ata de que teria sido o Dr. Ortigão Costa a pagar a praça o que não corresponde à realidade. Referiu também que no dia anterior a colega deputada do CHEGA teria dito que a antiga praça de toiros é que teria sido paga pelo Dr. Ortigão Costa, por isso, sugeriu que fosse efetuada uma alteração no texto para, inclusive, não contrariar o que o senhor presidente teria confirmado, que a anterior praça de toiros é que terá sido custeada pelo Dr. Ortigão Costa. -----

----- Em resposta o Senhor Presidente confirmou que corresponde à verdade que a antiga praça de toiros terá sido paga pelo Dr. Ortigão Costa e que a praça de toiros atual teria sido com dinheiro do município, cerca de 600 000€. Afirmou que a posse da praça teria passado para o município e que o património seria agora do município e que teriam dado o nome de Dr. Ortigão Costa à praça, em forma de homenagem por tudo o que este senhor teria feito pelo concelho e pelas pessoas do concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício retirou as atas para retificação e apuramento da veracidade e dos factos para que assim as mesmas fiquem corretas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Costa do Grupo CDU, apelando à participação de todos na manifestação do 1º de maio. Referiu que o 1º de maio é um dia de festa e de luta dos trabalhadores em todo o mundo e que sendo o Dia Internacional do Trabalhador será o momento para a denúncia e a reivindicação. Mencionou a importância de dar o corpo à resistência e à luta, à valorização do trabalho e dos trabalhadores para a melhoria das suas condições de vida, e como elemento central do desenvolvimento e do futuro do país. Afirmou que numa altura em que se usa a guerra como desculpa para o aumento dos preços da energia e dos bens alimentares com consequente aumento do custo de vida seria fundamental que os trabalhadores e reformados se juntassem ao grandioso desfile do 1º de Maio organizado pela CGTP-IN no Martim Moniz em Lisboa às 14h30 para exigir aumento dos salários e das pensões e o fim da guerra. -----

----- O Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do Grupo PS citou a Declaração Política de Saudação ao 1º de Maio que se transcreve: -----

" No século XIX a força da revolução industrial conduziu à sujeição dos trabalhadores a condições desumanas de trabalho sem qualquer respeito pela idade ou sexo. Em 1864 é criada a primeira associação internacional dos trabalhadores para dar voz às lutas dos trabalhadores, reivindicando por exemplo, a redução do número de horas de trabalho. As negociações com as entidades patronais foram falhando e em 1886 no dia 1 de maio, nos Estados Unidos da América, mais de 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, numa manifestação pacífica exigindo melhores condições de trabalho. Em consequência desta luta muitos foram feridos, morrendo dezenas de trabalhadores. O Dia Internacional do Trabalhador teve repercussões também em Portugal, tendo havido um reforço da luta do movimento operário português em finais do século XIX, como exemplo, entre 1852 e 1910



realizaram-se 559 greves no nosso país. O aumento dos vencimentos, a diminuição do horário de trabalho e a melhoria das condições laborais eram as principais exigências dos trabalhadores. Durante a 1ª República não se deixou de festejar o Dia do Trabalhador, mas sublinhe-se que um dos primeiros diplomas aprovados com a constituição do novo regime dizia respeito ao estabelecimento dos feriados nacionais e destes não constava o Dia do Trabalhador. Em 1933 é decretada a unicidade sindical e o controlo governamental dos sindicatos, esmorecendo o movimento operário que só ganharia novo ânimo na década de 40. Durante o estado novo, as manifestações no Dia do Trabalhador e não do trabalhador eram organizadas e controladas pelo estado. O primeiro 1º de maio foi verdadeiramente celebrado em Portugal depois do 25 de abril de 1974, tendo sido a maior manifestação alguma vez organizada no país, só na cidade de Lisboa juntaram-se mais de meio milhão de pessoas, para muitos foi a forma dos portugueses demonstrarem a sua adesão ao 25 de abril que uma semana antes, restituía o país a democracia. Nos dias de hoje esta luta continua a ser primordial na promoção do crescimento económico sustentado inclusive sustentável, do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos e todas. O estado de 2022, declarou o ordenado mínimo já para este ano para 705,00€, já no quadro de programa do governo estabeleceu como terceiro compromisso a agenda para as novas gerações e para o trabalho digno, de onde se destacam, melhorar a regulação do trabalho temporário, impondo patamares obrigatórios de contratos sem termo, obrigatoriedade de contratos de trabalho para os trabalhadores das plataformas digitais, o avançar na conclusão dos dois grandes acordos em sede de concertação social, o acordo para a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional e o acordo para a atividade e os rendimentos, fomentar o aumento dos salários, aproximando-nos progressivamente da média dos países da União Europeia com perspetivas de aumento para 750,00€ em 2023 e 900€ no final de 2026. A bancada do Partido Socialista saúda o Dia do Trabalhador e as comemorações, manifestações, marchas, celebrações e comícios que se realizarão no dia 1 de maio em todo o país com o desígnio de sensibilizar o governo e as entidades patronais para as necessidades e os direitos dos trabalhadores.”

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, lembrando o senhor presidente que na assembleia municipal de 28 de fevereiro teria questionado por que motivo é que a Estrada da Texuga, na zona dos Casais da Margana, na freguesia de Azambuja, que teria tido um corte na via, com início a 3 de setembro, ao longo de 750 metros, se não estaria previsto o arranjo

total da referida estrada e para quando. Referiu que se passaram dois meses e não teria visto obras realizadas, e que com as últimas chuvas o piso se teria tornado péssimo, ficando assim impossível transitar na zona peões e automobilistas e mencionou ser uma vergonha ter uma estrada naquelas condições no concelho. Questionou o senhor presidente quanto à existência de data para o início da obra. O grupo municipal do partido CHEGA constatou que a senhora Cláudia Gomes, ao desempenhar funções laborais na Câmara Municipal de Azambuja e, em simultâneo, ao ser deputada municipal – Líder de bancada do partido socialista, é considerado conflito de interesses, pelo que terá de renunciar a uma dessas funções. -----

----- A Senhora Deputada Helena Maciel do Grupo PSD, agradeceu as várias iniciativas que teriam acontecido durante o final do mês de março e início de abril, do qual pretende fazer um reconhecimento público ao executivo, felicitou pela inauguração do CMOS que claramente tem uma linha de vanguarda e que vai servir, nomeadamente, para se replicar o modelo para outros municípios. Contudo, deixou também a indicação de ser necessário fazer um comunicado público à população informando de que não existe o que diz o jornal, apenas existe um 112, e de não estar no folheto da Ávinho uma indicação de Centro Municipal de Operações Municipais. O que existe é uma central e se mudou de nome tem de ser alterado. Afirmou ser necessário comunicar à população o que se pretende e por se estar a dar os parabéns por um projeto importantíssimo, vital para a eficiência e melhoria do socorro no concelho, seria importante também dizer que, como apareceu na última notícia do Valor Local, que os operadores não têm serviço 24H. Declarou que a central garante serviço ininterruptamente e que tem ao seu dispor uma equipa de sete operadores provenientes dos Bombeiros Voluntários de Azambuja, dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre e da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa. Relativamente aos contactos úteis, visto se ir trabalhar no Ávinho no mês de maio e na Feira de Maio, mencionou a importância de potenciar as medidas de autoproteção referentes a todas as questões e a importância de se dar indicações diretas à população, visto ainda se estar a conviver com o covid, e se ir receber pessoas de fora do município como tem sido sempre o apanágio de Azambuja, pois deseja a seguridade de todos. Informou que na sequência do que teria acontecido com a CPCJ, onde todos teriam aprendido mais, teria solicitado à assembleia municipal para se assinalar o mês de abril, o mês dos maus-tratos para a infância, para que se tome consciência de que existem sinalizações no concelho e de forma que todos colaborem

de uma forma mais presente nessa realidade. Felicitou o senhor presidente pela cerimónia de homenagem aos combatentes e afirmou ter estado presente, com enorme orgulho, no dia 13 de abril na reunião de combatentes, viúvas de combatentes, netos de combatentes que serviram Portugal, tendo referido também a importância de os valorizar e que teria ficado sensibilizada pela forma como decorreu a homenagem e da forma como se juntou um grupo de pessoas com vontade, essencialmente, de evitar que haja guerra. Deixou um agradecimento de todos aos nossos combatentes. -----

----- Em resposta à Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto o Senhor Presidente da Câmara informou de que não existiriam condições financeiras para realizar a reparação da estrada e que, juntamente com os vereadores, teria discutido a possibilidade de interditar a estrada aos veículos pesados, visto ser um dos grandes problemas existentes nessa estrada, nos Casais de Baixo e nos Casais de Britos e que iriam tratar desse assunto. Relativamente à questão de incompatibilidade afirmou ter tomado nota e que daria depois resposta. -----

----- À senhora deputada Helena Maciel, o senhor presidente da câmara, agradeceu pelo conjunto de situações felicitadas e afirmou que iria ser retificada a informação que chega aos munícipes. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, José Avelino Correia do Grupo CDU, iniciou a sua intervenção dando as boas-vindas a todos à União de Freguesias. Referiu que as questões que trazia já eram do conhecimento da câmara, tendo sido já levantadas ao senhor presidente, mas que iria expô-las novamente para que ficassem mais uma vez demarcadas. Mencionou que a câmara teria ficado de reparar ou criar um novo parque infantil da Maçussa, no mesmo local onde encontra. Por último mencionou as ruas que necessitavam de ser requalificadas e alcatroadas, como a Rua das Fontainhas que apenas falta alcatroar cerca de 200 metros, a Rua do Casalinho, a Rua Vale Bogalho e a Rua das Longras. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso, Sérgio Alexandre do Grupo PS, tendo questionado o ponto de situação da Urbanização Moinha da Mata alusivo à possibilidade de construção nos lotes lá situados, visto existir grande dificuldade em habitação em Vale do Paraíso e os vários habitantes da freguesia colocarem essa questão com regularidade. Questionou também para quando se iria terminar e contemplar o processo NARU na freguesia de



Vale do Paraíso. -----

----- Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Manique do Intendente o Senhor Presidente da Câmara informou existir a perspetiva de se desenvolver um parque infantil junto ao ringue polidesportivo, por ser um sítio mais central e relativamente às ruas referiu que assim que existam condições iriam de encontro às pretensões das pessoas. Referente ao Moinho da Mata, informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso que já se teria conseguido registar o loteamento e que a breve prazo iriam ser dadas indicações para as pessoas poderem começar a fazer os seus projetos e construir. Quanto ao processo NARU afirmou estar para breve. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, no seguimento da reunião em Alcoentre na passada terça-feira, onde esteve presente, afirmou ter sido falado que a escola de Alcoentre se encontraria sobrelotada, tendo sido assumido nessa mesma reunião que não havia intenção de ampliar a escola. Foi ainda falado a possibilidade de requalificação do Bairro Vale Judeus. Existindo a intenção de arranjar mais habitantes para a freguesia de Alcoentre, através do Bairro Vale Judeus ou outras requalificações, questionou o senhor presidente da câmara onde é que depois iriam colocar as crianças a estudar. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, José Fortunato Martins do Grupo PSD, referenciando a última assembleia municipal ordinária, onde apelou ao senhor presidente da câmara para que o transporte escolar fosse alargado para os alunos do 2º ciclo, tendo em conta os riscos associados ao transporte e a pouca idade destes alunos, associada à preocupação dos pais dos mesmos, para perguntar se já teria alguma resposta para lhe dar. Questionou se não existiria e necessidade de celebrar um protocolo entre a Câmara Municipal de Azambuja e a Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, por causa da construção de um ringue desportivo no terreno da câmara na Urbanização da Quinta de Santo António nos Casais da Lagoa e requereu à câmara que apoiasse no arranjo paisagístico do terreno circundante do ringue. Relembrou que seria a altura ideal para os proprietários dos lotes vazios nos Casais da Lagoa e nas Virtudes serem notificados para procederem à respetiva limpeza da vegetação, fazendo com que a lei fosse cumprida. Afirmou ter visto o regulamento municipal e que este concede poder à câmara para intervir junto dos proprietários, notificá-los, e caso estes não cumpram, a câmara pode-se substituir aos proprietários,

ser recebida de todas as despesas que a câmara faça e ainda aplicar uma coima ou levar a tribunal por desobediência, portanto, o regulamento camarário permite tudo isto. Referiu que as Virtudes era a única localidade da freguesia de Aveiras de Baixo que não possuía um abrigo de passageiros, pelo que gostaria de saber quando seria colocado. Para finalizar questionou o ponto de situação em que se encontrava a situação da pintura das passadeiras em Casais da Lagoa, referindo que já tinha enviado fotografias à senhora vereadora Ana Coelho e passados quatro meses nada tinha sido feito. A maioria das passadeiras estão quase apagadas, sendo um risco para os peões. Mencionou ainda que a falta de sinalização nas Virtudes também acarretava perigo para os condutores. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, indicou que a escola de Alcoentre teria quatro turmas do 1º ciclo, duas com 17 alunos, uma com 14 alunos e outra com 12 alunos e no pré-escolar teria três salas, duas com 14 crianças e a outra com 13 crianças, não existindo assim uma questão de sobrelotação e daí ter assumido que não seria urgente uma ampliação da mesma, no entanto, será lógico que na pretensão de requalificar o bairro e trazer mais pessoas será necessário, futuramente, pensar em aumentar a escola ou contruir uma nova. Em resposta ao senhor presidente de junta José Martins informou que estariam a estudar essa hipótese e também para Vila Nova da Rainha, que é outra freguesia que teria levantado a mesma questão, em termos da disponibilidade dos transportes municipais, para ir ao encontro dessa pretensão legítima. Em relação ao ringue polidesportivo referiu não se lembrar se existiu protocolo ou não, mas que se poderia ver com os serviços. Relativamente ao arranjo paisagístico informou que já teria pedido à senhora arquiteta Marina Gonçalves para começar a fazer uma proposta para depois levar ao conhecimento do senhor presidente da junta de freguesia para verificar se seria aquela pretensão que desejaria. Referiu que a vereadora Ana Coelho tomou nota para se prosseguir com as notificações para a limpeza da vegetação e em relação ao abrigo para as Virtudes, afirmou estar em processo de aquisição de abrigos e quando os mesmo chegassem, um seria para as Virtudes para local a combinar. Relativamente às passadeiras, disse que estariam a ser pintadas, porém o tempo não tem ajudado. Disse ainda que iria ver a questão da sinalização nas Virtudes. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, referindo que o 1º de maio historicamente fundamentado peca por uma coisa, a prática não se contagia com aquilo que teria sido em anteriormente declarado e apesar de o orçamento de estado estar em discussão em matéria

de por exemplo, aumentos para a função pública, mantém-se os 0,9%, que fica muita aquém da taxa de inflação, portanto, a função pública continuará a perder poder de compra. Relembrou que o 1º de maio seria fundamental, mas que não se poderiam esquecer da revalorização dos salários dos trabalhadores, principalmente no maior empregador do país que será o Estado, que possui uma política voltada especificamente, para o setor laboral da administração pública muito reservada e que mantém uma estagnação que já duraria há mais de uma dezena de anos. Salientou que os combatentes são uma parte da população que se viu envolvida num conflito militar que não desejaríamos que tivesse sucedido, mas que sucedeu durante treze longos anos em que se teve de suportar uma dura guerra colonial e que felizmente com o 25 de abril se conseguiu pôr termo, surgindo novas nações das antigas colónias. Referiu possuir uma dinâmica importante, por ser um direito social que o Estado não poderia abdicar e que obviamente deveria promover uma revalorização das pensões dos antigos combatentes. -----

---- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, Gustavo Borda de Água do Grupo PSD, questionou o senhor presidente acerca da data para a requalificação do Parque Infantil de Santa Marta, da reabilitação do Largo Dom Nuno Álvares Pereira, sendo que há um projeto em andamento na câmara, e da limpeza dos rios em Vila Nova da Rainha, principalmente o rio de Ota. Referiu que a Rua Joaquim Manuel Alves Dinis iria ficar com o alcatrão danificado com a instalação das redes de gás e que a mesma deveria ser requalificada. Questionou se a Avenida Gago Coutinho iria ser requalificada aquando do término da obra em curso do armazém da Modis. Relativamente à falta de habitação em Vila Nova da Rainha, mencionou que a Quinta do Queimado seria uma boa possibilidade, porém teria de se efetuar uma alteração do PDM para a construção de habitação e o espaço ser entregue à câmara municipal. Por último perguntou quando é que a câmara tomaria uma atitude com a Socasa, para demolição de parte da obra que teria ficado embargada devido a inconformidades na sua elaboração. -----

---- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, António Torrão do grupo CDU, começou por mencionar que as cadeiras dispostas na sala seriam extremamente desconfortáveis e requereu que numa próxima sessão fosse tido em conta esse facto. Referiu que passou quase um ano desde que abriu o Parque Urbano da Milhariça à população e que até à data não teria conseguido protocolar para que se possa alugar o espaço lá existente. Em relação ao cemitério de

Aveiras de Cima, questionou sobre o início da construção do cemitério, visto que na passada semana tiveram de enterrar mais uma pessoa no cemitério de Azambuja, devido ao facto de o cemitério de Aveiras de Cima se encontrar a atingir a rutura total. Relembrou que, em vários orçamentos ao longo dos anos, tem sido pedido para duas localidades, Casais das Comeiras que possui 380 pessoas e Casais do Vale do Brejo que possui 750 pessoas, um espaço para as crianças brincarem, visto ser inexistente. Questionou quando iria ter acesso a massas frias para reparar as estradas, que se encontram danificadas devido às chuvas, visto que andariam a ser reparadas com tout-venant e não seria solução, e para quando um abrigo de passageiros para Vale Coelho. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício afirmou que iria ser tido em consideração, para futuras assembleias, a questão das cadeiras e, portanto, irá tentar encontrar umas cadeiras mais ergonómicas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, afirmou que a requalificação do Parque Infantil de Santa Marta estaria nos planos, e que a limpeza dos rios, teriam estado à espera de ter verba disponível. Relativamente à Rua Joaquim Alves Dinis explanou que após a picaria irá ser efetuada uma intervenção mais profunda na mesma e sobre a Avenida Gago Coutinho estariam a providenciar o acordo com a empresa que está a realizar a construção para depois se dar início à sua requalificação. A Quinta do Queimado seria uma situação para futuramente se decidir o que fazer. Quanto ao Bairro da Socasa mencionou que teria existido falta de dinheiro e não falta de cumprimento de algum aspeto arquitetónico, e por esse motivo é que a obra estaria embargada e estaria lá aquele mono. Acrescentou ter informação de que a Socasa estaria a tentar financiar-se junto da Caixa Geral de Depósitos para procederem à finalização da mesma, e para o Largo Dom Nuno Álvares Pereira afirmou que estariam a realizar um novo projeto para lá. Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, declarou que o projeto do protocolo estaria pronto e preparado para ser apresentado à junta de freguesia para verificação. Para o cemitério de Aveiras e Cima foi necessário adquirir um terreno e efetuar um projeto que se encontra em fase final, e assim que esteja finalizado a obra será posta a concurso. Na freguesia de Aveiras de Baixo disse já se sentir necessidade de pensar em alargar o cemitério visto o número de campas em Aveiras e Baixo e nos Casais da Lagoa já ser diminuto. Afirmou que ambas já possuem terreno, e que já se estaria a tratar disso com o ICNF, a fim de se protocolar e levar à câmara.



O parque infantil do Vale Brejo e dos Casais da Comeiras disse que iria fazer votos para que haja rapidamente, as massas frias, afirmou já estarem adjudicadas e que pensa que no início da semana que vem terão acesso a elas e o abrigo de passageiros no Vale Coelho irá ser colocado aquando da receção dos mesmos. -----

VI – ORDEM DO DIA -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 12 de fevereiro a 11 de abril de 2022 -----

----- Interveio a Senhora Deputada Helena Maciel do Grupo PSD, questionando o executivo em relação às viagens do Zambujinho, se estaria a pensar em melhorar as rotas, visto as dez rotas existentes serem do tempo da vereadora Ana Maria Ferreira e do vereador Marco Leal e atendendo que Azambuja dispõe de mais valências além das presentes nas rotas já existentes, e felicitou o executivo por terem retomado as viagens do Zambujinho. Quanto à substituição da bomba de circuito do retorno das piscinas e a substituição da bomba de recirculação de água quente no pavilhão municipal questionou se existiria necessidade de resposta face a algum cenário de legionella e alguma medida profilática que tenha sido levantada nas últimas análises efetuadas. Na rubrica 070303 – Feira de Maio disse existir planeamento, organização e divulgação do evento, tendo deixado nota de que desde 2018 teria sido nomeada pelo concelho de segurança municipal e que nunca teria tomado posse nem teria sido requerido nada relativamente a isso, porém teria participado numa assembleia municipal em que teria dado nota que os pontos ligados à segurança e autoproteção da Feira de Maio teriam de ser revistos. Da conversa que teria feito nessa assembleia municipal afirmou ter chegado a sua casa um ofício, 31/18 de 9 de maio, a referir que estaria nomeada para o conselho de segurança, contudo nunca aconteceu, e disse ter enviado um email dirigido à Dr.ª Irene Lameiro a apresentar alguns pontos, ao qual disse ter recebido resposta cordial a dizer que o texto teria sido reencaminhado para os seguintes serviços: Luís de Sousa, António José Matos, Proteção Civil e Turismo. Relatou que em 2018 teria havido dois mortos na Feira de Maio e que o balanço em 2019 teria sido atividade económica, turismo e balanço social, continuando a parte da segurança a parte carente e afirmou ter ficado surpreendida com a aquisição de tronqueiras na atividade municipal, sendo que não fariam parte da segurança e sim da logística. Sugeriu ao senhor



vereador que dissesse três medidas de autoproteção para as pessoas de fora do concelho que visitam o município e querem participar na feira divertindo-se com as largadas, para que o façam de forma segura, como os horários das largadas, dos concertos, o registo de incidentes e hora, a faixa etária normalmente vítima, dizendo que acharia que estes dados deveriam estar a ser analisados pela proteção civil e os corpos de bombeiros. Na ação de silvicultura preventiva, rúbrica 090103 – Sapadores Florestais, perguntou como é que estaria a ser articulada a análise das interfaces, ou seja, em termos de medidas de autoproteção, da nova carta de perigosidade com o município, que teria sido publicada a 28 de março através do aviso 6345 de 2022. Relativamente às contas, a receita capital de 362 637,55€ diz serviços desportivos – piscinas, resíduos sólidos urbanos, e requereu uma justificação e explicação para a chegada a este valor, visto que por exemplo, Vila Nova da Rainha teria mobiliário na escola, questionando o que lhe teriam feito. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que a retoma das viagens do Zambujinho, teriam vindo no seguimento do abaixamento dos casos pandémicos no concelho, e que possuem dez rotas abrangentes quer ao ambiente, à indústria, às tradições, quer enfim a um conjunto de situações do concelho. A bomba das piscinas teria sido substituída porque teria rebentado, não existindo qualquer problema de legionella. Relativamente às questões levantadas da Feira de Maio, afirmou ser normal todos anos ser necessário comprar areia, ferros, substituição de tronqueiras, pois com o tempo vão se deteriorando, e que esta seria uma medida preventiva para o bem-estar e segurança das pessoas, assim como a existência de transportes quer para a Feira de Maio quer para a Ávinho, tendo esta medida sido uma sugestão da vereadora do CHEGA, referindo ainda que já teria sido implementada esta medida anteriormente, porém sem sucesso, pois as pessoas têm preferência por veículo próprio. Mencionou a existência de ambulâncias nas vias de acesso, nos pontos cruciais que seriam pré-definidos pelos bombeiros e proteção civil e mencionou também o speaker que irá alertando as pessoas para terem cuidado e não atravessarem tronqueiras. O mobiliário de Vila Nova da Rainha que terá sido substituído encontra-se guardado nas instalações do município para suprir alguma carência que possa surgir. -----

----- Interveio a Dr.ª Irene Lameiro, referindo que não conseguiria dar valores corretos por dificuldades de acesso à rede no local. Explanou que o capítulo das transferências de capital seria constituído em grande parte pelas transferências da administração central e por transferências

provenientes de candidaturas efetuadas pela câmara a fundos comunitários. Pontuam pela sua importância as transferências recebidas da candidatura da casa da juventude e teria sido a conclusão mesmo, as contas finais da candidatura, e de outra candidatura cuja obra estaria a decorrer que é a requalificação da Zona Ribeirinha da Vala do Esteiro de Azambuja, portanto, a constituição desta rubrica seria esta. -----

----- A Senhora Deputada Natália Peres do Grupo PSD, questionou quem estaria a utilizar e se dispunham de condições de utilizar os equipamentos DAE que teriam estado a ser instalados nas piscinas e no pavilhão municipal e se estaria previsto os agrupamentos de escolas receberem este equipamento ou se já o possuíam. Referiu que no Bairro da Socasa em Alcoentre se encontrariam viaturas abandonadas e perguntou se já existiria alguma relação dessas viaturas, e se sim para quando a retirada das mesmas. -----

----- Em resposta aos desfibrilhadores, a Senhora Vereadora Ana Coelho, informou que o município teria adquirido cinco e que seria um programa de implementação dos desfibrilhadores em todas as estruturas municipais, nomeadamente nas escolas, e que estaria a ser faseado por três anos. No final do ano passado teriam adquirido cinco desfibrilhadores e todas as pessoas, que estão nos locais onde teriam sido instalados, dispõem de formação certificada pelo INEM, entidade oficial para a certificação de formação em DAE. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara em resposta à questão das viaturas, informou que iriam ser dadas indicações para que se efetue o processo de remoção que a lei obriga, que teria de lá estar um edital um determinado número de dias e depois se rebocaria para o parque municipal. -----

----- Foi realizado um intervalo de cinco minutos. -----

----- **Ponto 2 –Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas 2021** ----- **P 31/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que o documento apresentado aos senhores deputados teria sido aprovado na câmara com votos favoráveis do PS, CDU e as abstenções do PSD e do CHEGA, e que o mesmo refletiria o que teria sido o ano de 2021, com eleições em setembro, com uma gestão municipal repartida por dois momentos, uma gestão municipal até setembro e outra de setembro até 31 de dezembro. De seguida informou ir ler um documento de apoio aos senhores deputados para referir os assuntos mais importantes e valores mais relevantes para que os mesmos ficassem

com essa informação. “Em 2021 a receita foi de 20,5 milhões de euros constituída maioritariamente por receita corrente 17,8 milhões de euros, ou seja, 86,6% da receita total. Na estrutura das receitas continuam a prevalecer as transferências correntes e a de capital de 46,5% e os impostos diretos 32,1%, de referir que a receita aumentou 25,7%, ou seja, mais 4,2 milhões de euros relativamente a 2020, destacando-se as taxas, multas e outras penalidades com o aumento de 1,2 milhões de euros dos quais 953 milhares de euros estão associados ao empreendimento de Azambuja verde SNC-AP. Os impostos diretos são 791 milhares de euros. As transferências correntes mais 758 milhares de euros, dos quais 521 milhares de euros respeitam à transferência de competência em matéria de educação e outras transferências do Estado e 198 milhares de euros aos fundos municipais correntes. Transferências de capital com acréscimo de 263 milhares de euros, dos quais 170 milhares de euros respeitantes ao protocolo com a agência portuguesa do ambiente IP, para o projeto de limpeza e valorização da vala real junto ao palácio e 55 milhares de euros aos fundos municipais de capital e outras receitas de capital, mais 907 milhares de euros referentes à execução de garantia bancária da Fermax - Urbanizações e Construção Ilimitada. O nível de execução orçamental da receita foi de 91,6%. Em 2021 a despesa ascendeu a 23,230 milhares de euros, maioritariamente com despesas com projetos e atividades do plano, 58,3% e 35,3% da despesa com o funcionamento dos serviços. Na estrutura da despesa continuam a prevalecer as despesas com pessoal que constituem parte substancial do funcionamento dos serviços, 33,7%. As aquisições de bens de capital, ou seja, projetos de investimento incluídos no PPI 27,1%, as aquisições de bens e serviços inerentes às atividades constantes do PAM- Plano de Atividade Municipal 22,1%. Face ao ano anterior a despesa aumentou 14,2%, ou seja, 2,9 milhões de euros, destacando-se as despesas com o pessoal de 1,2 milhões de euros decorrentes em especial do aumento efetivo municipal, consequência da contratação de novos trabalhadores, maioritariamente direcionados para o setor da educação. As aquisições de bens e serviços mais 800 milhares de euros associados em parte aos apoios à população no combate ao Covid-19, nomeadamente com o pagamento da redução da fatura da água e do saneamento aos consumidores, mas também com os consumos inerentes à retoma de algumas atividades pela redução das medidas restritivas designadamente água, energia, refeições e transportes escolares. As aquisições de bens de capital mais 840 milhares de euros com destaque para os investimentos, no Parque Urbano da Milhariça, na requalificação da zona Ribeirinha da Vala do Esteiro e na

requalificação e RE funcionalização da EB – Jardim de Infância e espaços exteriores de Vila Nova da Rainha. O nível de execução orçamental da despesa alcançou 80,2%. Salto para a gerência seguinte foi de 3.827.974,17€. Regra do equilíbrio orçamental foi cumprida com uma margem de 6,6 milhões de euros. No âmbito da situação económica e financeira, é de referir que o resultado líquido do período foi face a 2020. Os principais contribuintes para esta melhoria foram o aumento dos rendimentos, impostos e taxas mais 1,7 milhões em particular relevância nas taxas de operação urbanística, no IMT e IUC e nas transferências e subsídios recorrentes obtidos de 1,2 milhões de euros. O aumento dos gastos com serviços externos mais 1,5 milhões de euros e com o pessoal 871 milhares de euros. O passivo fixou-se em 9242 milhares de euros, tendo reduzido 1,8 milhares de euros, ou seja, menos 16,5% face a 2020, essencialmente pela redução da dívida com empréstimos contratados. O prazo médio de pagamentos em dias continua a ser de zero dias de acordo com a forma de cálculo legalmente definida e o município não tem qualquer dívida em mora nem pagamentos em atraso. O limite da dívida total continua a ser cumprido, com uma margem de endividamento de 21 milhões de euros.” -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Pito do Grupo BE, informando que perante o documento apresentado o voto do BE iria ser de abstenção por possuir algumas reservas, mas que compreenderiam que seria um documento que apanhou um período em que teria sido necessário apoiar populações menos favorecidas em relação à época do Covid-19 e que dispõe de algumas obras importantes. Referiu que o voto seria de certa forma um voto de confiança, visto o concelho de Azambuja ter perdido população nos últimos anos e reforçou a importância da necessidade de arranjar formas de atrair população para o concelho, porque sendo um dos concelhos limítrofes de Lisboa e com transporte interurbano à porta, não se compreenderia esta situação quando comparada com Mafra que aumentou a população, por exemplo. Deixou uma chamada de atenção sobre a necessidade de investir mais no futuro, em construção de novas escolas onde sejam precisas e o aumento de cobertura de saneamento básico, pois estando o concelho a 40km de Lisboa, possuiria uma cobertura de saneamento básico muito insuficiente, por exemplo, nos Casais do Regedor, Casais de Baixo, Alto Concelho e Casais de Britos. Mencionou ser preciso fazer festas, mas que se deveria arranjar forma de financiamento para as mesmas, para que não se gaste tanto dinheiro em festas e se possa investir mais no saneamento básico e nas infraestruturas necessárias às populações,

portanto, espera que em 2022 se reflita nessas contas. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, referiu que o documento já teria sido amplamente discutido na reunião de câmara e que apenas iria fazer algumas notas relacionadas com a clareza do documento. O documento passaria do grande ineloquente para o minúsculo e pelo meio ficaria o abstrato, por exemplo, na página 7 existiria um relatório sobre a atividade económica dos EUA e da China, mas na página 10 quando se entraria no relatório das atividades desenvolvidas, daria entre as atividades desenvolvidas, a aquisição de um portão e uma divisória para o Pátio do Valverde, molas para as vitrines do Pátio do Valverde, mas entretanto já teriam tido execução de alterações do edifício da Proteção Civil e intervenções em diversos edifícios municipais, portanto, passariam de Washington para as molas das vitrines do Pátio do Valverde e ao mesmo tempo, existiria umas intervenções em diversos edifícios e uma nuvem um pouco indiscriminada, por exemplo, na página 44 do relatório incluiria um gráfico, indicadores da atividade desenvolvida na divisão de gestão urbanística, sobre o total de processos, em que estariam indicados 23 indicadores e lá estariam as 23 colunas, porém sobre os 620 processos existiriam duas colunas muito grandes e uma delas com 156 processos seria diversos. Na passagem da página 105 para a 106 que diria “O resultado líquido do período teve uma variação positiva de 400 milhares de euros”, de seguida discrimina quatro causas como sendo os principais contribuintes para uma variação positiva, sendo estas causas o aumento dos rendimentos de impostos e taxas, as transferências de subsídios correntes obtidos, o aumento dos fornecimentos e serviços externos e o aumento dos gastos com pessoal. Questionou como é que o aumento dos gastos com pessoal e o aumento dos serviços externos contribuiriam para uma variação positiva, e como é que se teria aumentado pessoal a integrar na câmara numa série de serviços e aumentado os serviços externos também. Por último referenciou na página 85 a evolução da despesa municipal, onde possuiria um gráfico em que fizeram as contas entre 2014 e 2021, e a despesa municipal teria aumentado 83%. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado António Pito, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que seria necessário investir mais no futuro, em novas escolas, em asfaltamentos, em saneamento e que teria registado os seus alertas. Ao Senhor Deputado José Navarro disse que o documento já teria sido amplamente discutido na câmara, conforme o senhor deputado afirmou na sua intervenção. -----



----- Discutido a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 11 (8 PSD, 2 CH e 1 BE) | Favor: 17 (12 PS e 5 CDU) -----

----- **Aprovado por Maioria.** -----

----- **Ponto 3 – Aplicação dos resultados Líquidos do Período 2021**----- **P 32/P/2022**

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara propondo a transferência dos resultados líquidos no valor de 2.182.653,11€ para a conta 5656 – resultados transitados. -----

----- Não houve qualquer intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- A proposta foi colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 10 (8 PSD e 2 CH) | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU e 1 BE) -----

----- **Aprovado por Maioria.** -----

----- **Ponto 4 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Proc. 146/21 PIP1 - BERRYGOOD** --

----- **P 24/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara indicou que o proponente deste processo, BERRYGOOD Unipessoal, se localizava na freguesia de Vale do Paraíso e que seriam umas estufas e um armazém de apoio à agricultura, sendo que o que se pretendia seria a alteração da utilização de parte do armazém de apoio agrícola para constituição de duas unidades de ocupação de armazém de apoio agrícola e estabelecimento comercial e por essa razão é que este documento estaria na figura do reconhecimento de interesse público municipal. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, referindo que a bancada do CHEGA entenderia que a mesma não seria de interesse público, visto as instalações estarem à venda nos sites de especialidade de venda de imóveis e nesse sentido, achariam que passaria a ter um interesse privado de aumentar o valor patrimonial. Mencionou a existência de três lotes à venda e a informação a seguir discriminada disse ter sido retirada do site da REMAX. No site existem três anúncios de venda, um terreno rústico de implementação de uma empresa de produção e comercialização de produtos agrícolas sito no Vale do Paraíso tendo o valor de 300.000€, depois um conjunto de dois terrenos com área total de 5 hectares denominados de Quinta da Cachucha e a Arroteia, constituindo dois artigos que podem ser vendidos em separado, 750.000€ e um que venderia os três terrenos em conjunto no valor de 870.000€. -----



----- O Senhor Presidente da Câmara afirmou respeitar a opinião da bancada do partido CHEGA. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 9 (7 PSD e 2 CH) | Abstenção: 1 BE | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU e 1 PSD) -----

----- **Aprovado por Maioria.** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

” A bancada do CHEGA votou contra esta proposta, não tem nada contra esta empresa, embora as instalações da mesma se encontrem à venda em sites que se dedicam a este efeito (REMAX), o que lamentamos é vir a esta assembleia um pedido de interesse público e verificar-se que o único interesse é mesmo o privado, aumentando o valor patrimonial legalizando uma loja, damos os parabéns à empresa BERRYGOOD por esta manobra de negócio. No nosso entender esta proposta não tem nada de interesse público, tem sim interesse privado.” -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

” Perante esta informação o grupo do PSD entende que se não há proposta para futuro também não há investimento, portanto, o nosso sentido de voto seria de abstenção, como tem sido em algumas declarações de interesse público municipal, mas neste caso, não havendo segurança no futuro não nos parece correto atribuir esta declaração. Fica sem efeito, perde qualquer pressuposto que poderia ter.” -----

----- **Ponto 5 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Proc. Nº 16/21 PIP1 – HAVY**

LOGISTICS ----- **P 25/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara mencionou existir uma segunda proposta de reconhecimento de interesse público municipal na ampliação do edifício existente destinado à armazenagem e logística em nome da HAVY LOGISTICS Unipessoal, situada perto de Vila Nova da Rainha, e que seria uma empresa ligada ao ramo alimentar e que daria apoio às lojas do McDonald’s e outras, sendo o seu grande volume de negócios o McDonald’s. Referiu ter tido ocasião de visitar a empresa para ver como funcionava e a necessidade que possui deste reconhecimento público da ampliação do edifício, tendo como pretensão, construir uma nova nave da parte detrás em terreno já seu, porém precisam



do reconhecimento de interesse público porque o terreno em questão seria de uma zona agrícola e como tal é necessária esta figura que o PDM prevê. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Pito do Grupo BE, referindo que estariam perante um aumento de cerca de 10.000m² para cerca de 17.000m² e que existiria um fator importante que não teriam possibilidades de confirmar. Na proposta existiria uma vontade de aumentar a contratação de pessoal do concelho de Azambuja, de fazer recrutamento de pessoal no Politécnico de Santarém, porém a câmara não teria possibilidades de confirmar tal feito, e é sabido que tem aumentado disparatadamente a contratação nas plataformas logísticas, não a prazo, mas subcontratação com empresas que por vezes subcontratam dentro das próprias instalações e face a isso, se iria abster perante esta proposta. Não iria votar contra porque, conforme o senhor presidente referiu, o terreno é propriedade da própria empresa, mas espera que as contrapartidas, que uma vez que não poderão ser dadas com equipamento para o espaço público como a lei prevê, que essas contrapartidas financeiras possam ser aproveitadas pela câmara. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, informando que a bancada do CHEGA iria votar contra esta proposta, pois esta vai contra o que o partido CHEGA tem vindo a defender. Como é referido na proposta, existiriam vinte trabalhadores da empresa residentes no concelho de Azambuja e no núcleo de tantos trabalhadores achariam poucos. Mencionou a importância de dispor o regulamento para os interesses públicos o mais breve possível. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, informou a mesa de que o deputado Tiago João Santos se teria ausentado durante a discussão da proposta porque sendo funcionário da empresa em questão não se sentiria em condições de participar na discussão e votá-la, portanto, iria estar ausente da sala até à votação. -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU afirmou ser recorrente, quando vêm propostas desta natureza para se discutir, falar-se do regulamento para a questão, em específico das declarações de interesse público municipal, e disse para elaborarem um projeto para ser analisado e debatido em assembleia ou em câmara através da vereadora do grupo partidário. Mencionou que não poderiam colocar em causa o desenvolvimento do concelho, impedindo as empresas de se expandirem, por causa do plano de diretor municipal ainda não se encontrar revisto e que não seria correto vir sistematicamente obstaculizar a aplicação de uma norma que permite ultrapassar a



rigidez do mesmo. Referiu a importância de se falar destes assuntos na revisão do plano de diretor municipal, pois as declarações de reconhecimento de interesse público municipal têm visado por regra empresas, mas também existiriam assuntos de natureza particular que não são empresas e que mereceriam ser ponderados no campo da habitação por exemplo. Neste caso concreto não veria grande dificuldade, tendo em conta a natureza do terreno e a natureza da infraestrutura já lá implantada e não tendo nenhum prejuízo notório para interesses públicos de política de urbanismo, apenas se poderia dizer que, eventualmente, haverá um aumento de tráfego, sendo esse o preço a pagar por ao longo dos anos, por exemplo, se ter vindo a abandonar o caminho de ferro. Expôs que um dos grandes problemas da zona da área logística de Azambuja seria, efetivamente, o ter abandonado a ferrovia, quando deveria ter aproveitado mais a ferrovia e menos a rodovia, e que nesse caso, teriam menos problemas, menos carga poluente, menos trânsito e outro tipo de problemas associados a esta natureza. Por último afirmou que a proposta mereceria a sua aprovação.

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 2 CH | Abstenção: 6 (5 PSD e 1 BE) | Favor: 19 (12 PS, 5 CDU e 2 PSD) -----

----- **Aprovado por Maioria.** -----

----- **Ponto 6 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Proc. 02/20 EUC-CERCI Flor da Vida**

----- **P 26/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que esta proposta seria relativa a um novo reconhecimento de interesse público à CERCI Flor da Vida, visto já ter sido objeto de reconhecimento de interesse público. Teriam entendido trazer novamente à câmara e à assembleia municipal para que não houvesse dúvidas. Requereu ao senhor arquiteto que realiza-se uma breve explicação do motivo que teria levado a esta nova proposta. -----

----- O Senhor Arquiteto explanou que o que estaria em causa seriam umas alterações ao projeto que não cumpririam com aquilo que a assembleia teria determinado de interesse público. Existiria uma ampliação da unidade de cuidados continuados com mais um determinado número de quartos no último piso, que já mereceu aprovação da segurança social para fundos comunitários e nacionais. ---

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, afirmando que contrariamente a algumas declarações de interesse público municipal que teriam votado, esta seria uma verdadeira



declaração de interesse público municipal. Referiu que a instituição faria a diferença não só na vida da comunidade nela inserida, como na vida do município, e que existiria um projeto muito interessante que traria grandes benefícios para Azambuja. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima do Grupo CDU, informou que se iria retirar da sala na votação da proposta por fazer parte dos órgãos sociais do concelho de administração da CERCI Flor da Vida. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 1 PSD | Favor: 26 (12 PS, 7 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovado por Maioria.** -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

” Nestas votações de interesse público tivemos aqui três situações completamente diferentes. Uma que aparentemente é para valorização patrimonial para efeitos comerciais, outra que é acrescimento da sua capacidade produtiva e outra que é, como disse a minha colega Maria João Canilho, verdadeiro serviço público. Isto não é maneira de funcionar, ou seja, fazer isto caso a caso e de uma maneira casuística não é maneira de funcionar, portanto, a minha posição aqui, como já tinha feito da última vez, esperando que o PDM venha ao fim deste tempo todo, rapidamente, não empato, mas também não posso aceitar este tipo de procedimentos, daí a minha abstenção.” -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

"Esta proposta vem contra aquilo que a bancada do CHEGA tem vindo a defender. No entanto a bancada do partido CHEGA votou favoravelmente a título de exceção, derivado das circunstâncias, sendo que a CERCI Flor da Vida é uma IPSS, e aqui sim encontramos matéria para o interesse público, verificamos que as instalações são para apoio de cuidados continuados e é sempre uma mais-valia para o nosso Concelho, e também pelo motivo de que a obra já estava aprovada. Relembramos que a bancada do partido CHEGA apresentou uma proposta para o início do procedimento para regulamentar o interesse público municipal, ficando logo assumido que não votaríamos favoravelmente a propostas de interesse público enquanto esse regulamento não estivesse

concluído, no entanto verificamos que aqui sim existe o interesse público ao contrário de outras propostas já aqui apresentadas, daí a nossa decisão de votarmos favoravelmente a proposta, não se trata de mudança de critério, mas sim a força das circunstâncias que provam que existe nesta proposta interesse público.” -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, referindo que o debate deveria ter ocorrido antes da votação da proposta, mas visto as diversas forças políticas terem exposto as suas razões, algumas contraditórias com outras votações de que tomaram parte, queria deixar registado de que a CDU não se sentiria desconfortável em votar este tipo de propostas, visto já terem existido outras ocasiões em que teriam essa posição de votar este tipo de propostas e algumas até teriam sido favoravelmente porque implicariam importantes obras para o concelho e teriam gerado emprego e riqueza para o concelho. Afirmou não existir nenhum preconceito contra as empresas, apesar de, sendo conhecida a prática política e aquilo que pensariam sobre a economia do país, e apesar de alguns se sentirem mais à vontade a falar das empresas, mas registando-se que quando surgem estas votações já mudariam de figura e as empresas já seriam um obstáculo. O primeiro projeto que teria sido apresentado, com uma proposta de exploração na sequência daquilo que seria a sua atividade, o facto de os seus legítimos proprietários entenderem alienar a empresa, sendo um direito deles, não possuiria nenhuma incompatibilidade com o facto de ser concedida a declaração de interesse público municipal, portanto, não existiria nenhum interesse particular que a câmara quisesse facilitar. Relatou ser preciso perceber que não existiriam distinções entre interesse público e municipal, quer o da CERCI seria legítimo como os restantes, e que quem queria criar as distinções é que queria realmente favorecer uns e desfavorecer outros e não seria isso que se pretendia ao aplicar a cláusula geral. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do Grupo PS, afirmando que não poderia deixar de fazer uma nota, porque se teria realmente descoberto o que seria a agenda do CHEGA, não só ali, mas do CHEGA em geral, que seria governar consoante a força das circunstâncias. Declarou que o que o deputado António Nobre teria dito seria verdade, o interesse público seria um conceito objetivo, ou existiria interesse público ou não. A aferição que a assembleia faria seria, se existira interesse público ou não, independentemente da entidade promotora e questão em causa. Existindo interesse público, existiria um valor acrescentado de haver votação em sentido favorável que

acresceria ao município face à situação atual, existindo uns que achariam que sim e outros que não, justificando politicamente ou com base em outros contextos fundamentando esse conceito geral, porém com base nas circunstâncias seria uma coisa que nunca teria ouvido, mas que do CHEGA não o espantaria. Deixou a nota de que não seria o PS nem a esquerda que seriam um fator de não avanço da economia das empresas. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, interveio esclarecendo a posição da bancada do PSD, porque cada situação seria efetivamente uma situação. O que estaria subjacente às declarações de voto e aos sentidos de voto da bancada do PSD teria a ver não só com as crenças das pessoas, como com o facto de na maior parte das situações a declaração de interesse público municipal ser utilizada para tapar a falta do PDM, afirmando que a falta de revisão do PDM não poderia ser indiscriminadamente usada. Relativamente ao voto do PSD contra a empresa BERRYGOOD, explanou que não teriam nada contra a empresa, antes pelo contrário, teriam uma posição a favor do desenvolvimento do concelho, porém não a qualquer custo e que estariam à espera da revisão do PDM. O voto que teriam efetuado contra seria perante uma informação que consideraria relevante, que seria a não perspectiva de futuro da empresa, visto que existiria a perspectiva de que a empresa irá ser vendida. -----

----- **Ponto 7 – Projeto de Regulamento de Trânsito no Núcleo Urbano de Alcoentre** -----

----- **P 06/V-AMC/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara mencionou que o documento teria a ver com o projeto de regulamento de trânsito no núcleo de Alcoentre que teria sido aprovado na câmara por unanimidade e que estaria à consideração dos senhores deputados. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, afirmando que seria importante que brevemente fosse levado a cabo pelo executivo camarário uma criação de um parque de estacionamento alternativo, visto que seria uma rua com algum dinamismo, que geraria fluxos de tráfego apreciáveis, e não podendo a solução ser um estacionamento que as pessoas não respeitam.

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovado por Unanimidade.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício informou que teria dado entrada na



mesa, pelo Grupo PS, um requerimento para prorrogação de tempo em mais uma hora. -----

----- Foi o mesmo colocado a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 3 (2 CH e 1 PS) | Abstenção: 0 | Favor: 25 (11 PS, 8 PSD, 5 CDU 1 BE) -----

----- **Aprovado por Maioria.** -----

----- **Ponto 8 – Proposta de Alteração ao Regimento - PSD** -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, explanando que a proposta seria um conjunto de alterações para melhorar o regimento da assembleia, sendo acima de tudo um conjunto de sugestões em que achariam que permitiria uma participação mais efetiva e com mais tempo para os deputados e para os cidadãos. Afirmou que a assembleia seria o órgão democrático por excelência e que entenderia que teriam de ser assegurados um conjunto de situações que teriam colocado na proposta de alteração, e que também acharia que aquilo que a lei prevê em relação, por exemplo, a tempos de intervenção e a prazos para o envio de documentação, seriam os mínimos e por esse motivo, achariam que aumentar ou gerir de melhor forma, quer os tempos de intervenção quer os prazos das documentações, que ficariam todos a ganhar para que possa existir uma maior reflexão e participação nas assembleias. Teriam realizado a proposta em formato de quadro por considerarem que seria mais fácil identificar as propostas e disse que estaria à disposição para qualquer esclarecimento. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, referindo que não achava que existisse necessidade de melhoria, pois na sua longa experiência como membro da assembleia municipal, nunca um deputado tinha deixado de poder intervir por causa do regulamento e por isso o que teria sido aprovado na assembleia municipal de 30 de março, permitiria uma discussão democrática na assembleia. Não teria virtualidade de haver mais um minuto ou outro que efetivamente fosse incrementar mais o debate e afirmou que já teriam violado o regulamento na assembleia municipal a decorrer, discutindo uma proposta que já teria sido votada, e que ninguém teria impugnado a deliberação aprovada pela assembleia. O regulamento teria algumas gralhas, mas as mesmas poderiam ser resolvidas com uma declaração de retificação, portanto, a mesa da assembleia ao aperceber-se que o regulamento aprovado teria essas gralhas, ela própria deveria elaborar uma nova proposta de alterar e corrigir as mesmas, sendo que às vezes são numerações que estão erradas que poderão gerar alguma confusão na elaboração de algum requerimento ou até



de alguma referência normativa para o regulamento, achando que não existiria justificação para uma alteração. Existiria justificação para uma retificação de alguns articulados que estariam manifestamente errados, mas introduzir alterações com base no alargamento de uma maior intervenção dos membros da assembleia, não veria como nem quando o regulamento em vigor limitaria a intervenção dos mesmos na discussão dos assuntos. -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Gomes do Grupo PS, referiu que era com imenso espanto que estavam a receber a proposta, uma vez que tinha havido reuniões preparatórias e nessas reuniões preparatórias houve um consenso de vontade que teria gerado o documento apresentado, tendo o mesmo a inclusão de várias propostas dos outros grupos parlamentares. Poderia existir outras que, de forma oficiosa, deveriam entregar à mesa da assembleia para serem retificadas através de proposta numa próxima reunião. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, em resposta à deputada Cláudia Gomes disse ter uma ideia de consenso singéneses, visto ter sido apresentado a proposta e apenas algumas coisas terem sido aceites, por isso não teria existido consenso. O consenso não seria determinado por uma das partes que acharia que existe consenso, sendo esta proposta exatamente o que teriam apresentado e estariam a reiterar por achar absolutamente necessário. No artigo 26º, na composição da comissão de representantes teriam acrescentado um ponto em que a comissão de representantes poderia convocar o presidente da câmara. Sendo uma pessoa mais ou menos ligada aos media e sendo um assunto ao qual seria sensível, no artigo 36º - as reuniões da assembleia municipal públicas são filmadas e difundidas. No artigo 77º, no ponto 8, referiu que queriam que as reuniões da assembleia municipal fossem obrigatoriamente guardadas e registadas, porém o ponto maior seria relacionado com uma nova grelha de tempos. Afirmou que a assembleia seria um órgão político e que estaria ali para ouvir, discutir e falar. Na sessão em curso no período de antes da ordem do dia teriam falado sobretudo presidentes de junta, que poderiam ter-se demorado mais. O Grupo da CDU seria um exemplo extraordinário, pois seria um grupo relativamente pequeno, com três deputados e dois presidentes de junta, e segundo o regulamento em vigor, teriam esgotado e até ultrapassado o tempo, o que significaria que os outros deputados não teriam tido tempo para falar sobre outros assuntos além dos expostos pelos presidentes de junta. Afirmou que seriam todos iguais na assembleia, porém teriam chegado de duas maneiras diferentes, alguns teriam sido eleitos

diretamente e os presidentes de junta por inerência, crendo que seria absolutamente legítimo que os presidentes de junta dispusessem de um tempo próprio para falar destacado dos partidos a que pertencem, pois as questões por eles colocadas não teriam a ver diretamente com a questão partidária e com a questão política no qual estariam inseridos. A revisão de tempos proposta seria para ouvir mais os presidentes de junta e libertar tempo para o restante grupo municipal. Quereriam que os deputados dispusessem de mais tempo e que no período de antes da ordem do dia o tempo dos presidentes de junta não contasse e não acumulasse para o tempo do grupo municipal, mencionando que pretende ouvir o que os presidentes de junta têm para dizer sem que isso abafe e consuma o tempo do restante grupo municipal, por forma a haver mais oportunidade de discussão em caso necessário. Mencionou que fazer do tempo mínimo o tempo máximo é um sofisma, sendo que a ideia é dar voz, e que a lei existe para ser cumprida e se existe consecutivamente um transbordo e uma saída dos limites, os limites estão errados. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, colocando uma questão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, que já teria feito no dia anterior na comissão permanente, que seria a forma do documento ser discutido. Se iria ser ponto por ponto ou como um todo. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do Grupo PS, referindo que pensaria já ter vetado as suas intervenções, mas após a intervenção do senhor deputado da bancada do PSD lhe teriam suscitado uma série de questões, pois teria ficado provado que todos os temas que elencou seriam temas. Falou em mais liberdade de expressão e falou bastante tempo sobre os temas que lhe apeteceu, falou em existir mais tempo para todos para que ninguém ficasse sem palavra e tal nunca aconteceu até hoje e, relativamente às assembleias serem gravadas e difundidas, tal tem acontecido sempre, portanto, se restassem dúvidas de que as alterações pouco ou nenhuma implicação prática irão ter, acharia que a intervenção do deputado José Navarro os teria esclarecido. -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, interveio referindo que teria ouvido com atenção o que o senhor deputado José Navarro teria dito, agradecendo a generosidade que teria de querer beneficiar o grupo da CDU com mais tempo, no entanto, isso seria introduzir uma desigualdade entre os membros da assembleia e a lei autárquica não o permitiria, sendo uma questão que o regulamento da assembleia não poderia tratar por ser ilegal, e afirmou estar a falar como

jurista no momento. Em resposta à senhora deputada Maria Fátima Pinto disse não ser prática da assembleia discutir ponto por ponto as propostas apresentadas, sendo as mesmas discutidas na sua globalidade e assegurando que por parte da CDU iria encontrar oposição nesse sentido. Mencionou que existiriam outras inovações na proposta que o PSD apresentara que não comungaria com elas, como a questão da realização da assembleia municipal aos sábados, com risco de ser prolongada para o domingo, visto serem dias de descanso de grande parte dos membros e também do público, havendo o risco de não irem ter público nenhum no caso de se efetuar as assembleias ao nesses dias da semana. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício requereu aos senhores deputados que fossem objetivos nas suas intervenções e que não entrassem em diálogo. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, agradecendo ao senhor deputado do PS pela liberdade que lhe teria dado de se exprimir. Crendo que teria vindo uma pergunta ao senhor presidente da mesa, que teria dito que na assembleia tem dado a liberdade e não tem cortado a palavra, e caso tivesse seguido os tempos, teria cortado a palavra, sendo isso mesmo que não quereria, que a palavra estivesse dependente do livre-arbítrio do senhor presidente e por isso queriam que as intervenções fossem maiores. -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Gomes do Grupo PS, afirmou que o PS se opunha à votação da proposta ponto por ponto, ou seja, a mesma iria ser votada na globalidade. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Caninho do Grupo PSD, requereu ao senhor presidente da mesa que lesse para a assembleia o que estaria previsto no regimento da mesma quanto à votação ponto por ponto ou na generalidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício leu do regimento da assembleia a parte que se transcreve: -----

“Artigo 63º, ponto 3 – A votação tem por objeto a totalidade do documento posto à votação, podendo, no entanto, quando este esteja organizado em pontos suscetíveis de serem deliberados autonomamente, ser votado ponto por ponto se assim for requerido à Mesa, salvo quando, até ao início da votação, o proponente indicar que o documento será votado globalmente.” -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, informando que iria requerer à mesa que a votação fosse feita ponto por ponto, pelo que entenderia, não ser necessário ir à votação



do plenário visto ser a proponente da proposta. Requereu ao deputado Gonçalo Ferreira e ao Dr. Nobre, pela sua formação académica, que lessem o que estaria no regimento e lhe dissessem se estaria errada, visto que não veria no regimento nada que desse poder ao plenário de recusar a votação ponto por ponto. -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, referiu ao senhor presidente da mesa que aquando da apresentação da proposta não teria sido alertado pela proponente de que pretendia votação ponto por ponto, e na sua perspetiva, a mesma deveria ter dito logo que pretendia que a votação fosse feita ponto por ponto, portanto, tendo sido a proposta apresentada na sua generalidade, a sua votação seria feita de acordo com a globalidade do projeto e não ponto por ponto. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, frisando que não teria dado a sua opinião, apenas teria colocado uma questão. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, aferindo que a votação pode ser efetuada ponto por ponto se assim for requerido à mesa, salvo quando, até ao início da votação, o proponente indicar que o documento deverá ser votado globalmente. Por último disse que propunham uma alteração a isso. Propunham que a votação ponto por ponto fosse justificada. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, desculpou-se pelo estado em que entregaria o requerimento à mesa, mas o mesmo teria sido elaborado no momento e à mão. Propôs aos senhores deputados e ao senhor presidente da mesa que se deixassem cair algumas propostas e procedesse à votação apenas de oito artigos ou alíneas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, referiu perceber a complexidade do documento e não havendo consenso na interpretação do regimento atual, retirava assim a proposta da ordem de trabalhos para ser avaliada juridicamente, e se proceder numa próxima sessão à sua votação. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, disse não saber se o senhor presidente teria legitimidade para retirar a proposta, visto os proponentes serem o grupo do PSD. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, informou a deputada Maria João Canilho de que poderia recorrer. Referiu que os senhores deputados o estariam a colocar numa situação complicada, sendo que seria a primeira vez que estaria na posição de presidente, e que



estariam todos ali para o bem do concelho, para o bem dos munícipes e que todos queriam chegar à mesma conclusão. O documento apresentado mereceria a melhor atenção e achava que não deveriam estar numa sessão a levantar inconstitucionalidades, a fazer a aprovação de um documento ou a votar um documento com base em suposições e, por isso, estaria a pedir à assembleia para retirar a proposta da ordem de trabalhos. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, requereu uma interrupção para reunir com o grupo. -----

----- Foi realizado um intervalo de cinco minutos. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, informou que para preservar a integridade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, o grupo PSD iria retirar a proposta, pedindo que a mesma fosse reagendada para a próxima assembleia municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício agradeceu a consideração que o grupo PSD teria tido para com o mesmo e afirmou que a proposta seria reagendada para a próxima assembleia municipal. -----

----- **Ponto 9 – Eleição de Coordenadores das Comissões Especializadas Permanente – P 07/AM/2022**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, mencionou que para a Comissão do Território, Urbanismo, Mobilidade e Ambiente, o grupo PS teria apresentado para coordenador o senhor deputado Horácio Gomes, designando esta proposta como Lista A, e que o grupo PSD teria apresentado para coordenador o senhor deputado Carlos Pires, designando esta proposta como Lista B. -----

----- Foi realizada a votação por voto secreto, obtendo o seguinte resultado: -----

----- **Lista A:** 16 votos. -----

----- **Lista B:** 10 votos. -----

----- **Votos Brancos:** 1 voto. -----

----- **Votos Nulos:** 0 votos. -----

----- Pelo apuramento dos resultados, foi eleito para coordenador da Comissão: -----

----- **Horácio Gomes Ribeiro** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, mencionou que para a Comissão de Saúde, Ação Social, Habitação e Cidadania, o grupo PS teria apresentado para coordenador o senhor



deputado Rodrigo Conceição, designando esta proposta como Lista A, e que o grupo PSD teria apresentado para coordenador a senhora deputada Helena Maciel, designando esta proposta como Lista B. -----

----- Foi realizada a votação por voto secreto, obtendo o seguinte resultado: -----

----- **Lista A:** 16 votos. -----

----- **Lista B:** 10 votos. -----

----- **Votos Brancos:** 0 votos. -----

----- **Votos Nulos:** 1 voto. -----

----- Pelo apuramento dos resultados, foi eleito para coordenador da Comissão: -----

----- **Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, mencionou que para a Comissão de Planeamento Estratégico e Atividades Económicas, o grupo PS teria apresentado para coordenador o senhor deputado Gonçalo Ferreira, designando esta proposta como Lista A, e que o grupo PSD teria apresentado para coordenador o senhor deputado José Navarro, designando esta proposta como Lista B. -----

----- Foi realizada a votação por voto secreto, obtendo o seguinte resultado: -----

----- **Lista A:** 18 votos. -----

----- **Lista B:** 10 votos. -----

----- **Votos Brancos:** 0 votos. -----

----- **Votos Nulos:** 0 votos. -----

----- Pelo apuramento dos resultados, foi eleito para coordenador da Comissão: -----

----- **Gonçalo Luís Mesquita Ferreira** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, mencionou que para a Comissão de Finanças e Administração Autárquica, o grupo PSD teria apresentado para coordenador o senhor deputado Nelson Rodrigues, designando esta proposta como Lista A, e que o grupo CDU teria apresentado para coordenador o senhor deputado António Nobre, designando esta proposta como Lista B. -----

----- Foi realizada a votação por voto secreto, obtendo o seguinte resultado: -----

----- **Lista A:** 10 votos. -----



----- **Lista B:** 17 votos. -----

----- **Votos Brancos:** 1 voto. -----

----- **Votos Nulos:** 0 votos. -----

----- Pelo apuramento dos resultados, foi eleito para coordenador da Comissão: -----

----- **António José da Fonseca Nobre** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, mencionou que para a Comissão de Educação, Cultura, Associativismo e Desporto, o grupo PS teria apresentado para coordenador o senhor deputado Alexandre Grazina, designando esta proposta como Lista A, e que o grupo PSD teria apresentado para coordenador a senhora deputada Natália Peres, designando esta proposta como Lista B. -----

----- Foi realizada a votação por voto secreto, obtendo o seguinte resultado: -----

----- **Lista A:** 17 votos. -----

----- **Lista B:** 10 votos. -----

----- **Votos Brancos:** 1 voto. -----

----- **Votos Nulos:** 0 votos. -----

----- Pelo apuramento dos resultados, foi eleito para coordenador da Comissão: -----

----- **Alexandre José Gomes Grazina** -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

” Na discussão do ponto anterior, foi alegado pelo senhor deputado António Nobre, que não era preciso alargar regularmente os tempos porque havia o hábito de consoante o diário da mesa dar mais tempo. A seguir houve a vontade de torpedear o regimento só porque não dava jeito continuar aqui a discutir e, portanto, descareceu-se o regimento, parece então que o consuetudo do diário já não funciona, porque consoante o binário até agora, as comissões serem repartidas pelos diversos partidos. Bom, no 25 de abril cantámos a música do Zeca Afonso, no 28 se calhar é os vampiros, eles comem tudo e não deixam nada.” -----

VII – APROVAÇÃO DA MINUTA -----



----- Aprovada por unanimidade -----

VIII – ENCERRAMENTO -----

----- Eram meia-noite e cinquenta e dois minutos, quando o Senhor Presidente Em Exercício da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://youtu.be/78HNBbf0FTo> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja Em Exercício,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Primeira Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo

Segundo Secretário,

Horácio Gomes Ribeiro